

Da indignação à acção

26-Mar-2004

STAL EXIGE AUMENTO DE 40 EUROS

O Conselho Geral do STAL aprovou hoje um calendário de luta para as próximas semanas com o objectivo de exigir do Governo um aumento mínimo de 40 euros para todos os trabalhadores.

À

A proposta de aumento será apresentada aos restantes sindicatos da Frente Comum da Administração Pública, visando unir os trabalhadores dos diferentes sectores do Estado na luta contra as políticas restritivas e anti-laborais do Governo PSD/PP.

Como recorda a resolução aprovada pelo Conselho Geral do STAL, são em que estão representadas as 22 Direcções Regionais do Sindicato, nos últimos dois anos, os trabalhadores da Administração Pública sofreram perdas salariais significativas, que variam entre 3 e 4,5 por cento nas remunerações mais baixas e ultrapassam os 6,5 por cento nos salários superiores a mil euros.

Em 2003, a actualização decretada foi de 1,5 por cento contra uma inflação oficial de 3,5 por cento. A perda real foi de dois por cento.

No presente ano, o Governo volta a insistir na fórmula de «aumentar» apenas os salários inferiores a mil euros. Porém, os dois por cento que pretende impor não são sequer suficientes para cobrir a taxa de inflação esperada que rondará os três por cento. Mesmo os salários mais baixos perderão um por cento do seu valor real.

A injustiça é ainda mais gritante para muitos milhares de trabalhadores que auferem vencimentos superiores a mil euros (cerca de 200 contos) já que, pelo segundo ano consecutivo, têm de suportar do seu próprio bolso os brutais aumentos de preços que afectado sobretudo bens essenciais (gas, transportes, saúde, alimentação).

Abril de luta

Condenando os reais objectivos e medidas concretas da chamada «reforma» administrativa, o STAL salienta que a aplicação do Estatuto Local do estatuto do pessoal dirigente (que substitui os concursos pela nomeação) irá

partidarizar todos os nÃveis de chefia e discriminar, pela sua cor polÃtica, trabalhadores com provas dadas de competÃncia e isenÃÃo.

Igualmente criticados sÃo os novos mÃtodos de avaliaÃo de desempenho que estimulam o compadrio e favoritismos pessoais atravÃs da absurda imposiÃo das quotas de classificaÃo, concebidas para bloquear a evoluÃo nas carreiras e congelar as progressÃes e promoÃes.

A resoluÃo repudia a alteraÃo das tabelas da ADSE, que se traduzem numa reduÃo efectiva das participaÃes em actos mÃdicos, e mantÃm a exigÃncia da manutenÃo dos direitos de aposentÃo conquistados hÃ quase 20 anos pelos trabalhadores.

Por Ãltimo, o Sindicato considera que, em simultÃneo com a ofensiva privatizadora de serviÃos pÃblicos essenciais, estÃ em curso na AdministraÃo PÃblica Central, Regional e Local um processo de subversÃo do papel do Estado que visa, em Ãltima instÃncia, a alteraÃo do prÃprio regime democrÃtico.

Anunciando a realizaÃo de um plenÃrio nacional em frente ao MinistÃrio das Cidades, durante a segunda quinzena de Abril, o STAL irÃ participar, dia 7 do prÃximo mÃs, na AcÃo em Defesa do ServiÃo Nacional de SaÃde, junto ao MinistÃrio da SaÃde.

A estrutura sindical serÃ igualmente mobilizada para o plenÃrio nacional da Frente Comum, previsto para a Ãltima quinzena de Abril, prometendo marcar forte presenÃa nas comemoraÃes do 30.º aniversÃrio da RevoluÃo dos Cravos e nas diversas iniciativas de festa e luta que decorrerÃo em todo o paÃs no 1.º de Maio.